Lixo em pauta na produção do jornalismo ambiental[1]

Gabriel Ferreira CARVALHO[2]

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR

RESUMO

O presente artigo é parte de uma pesquisa em andamento e que culminará na construção de um trabalho de conclusão de curso[3]. O intuito é produzir informações claras e aprofundadas sobre o problema do lixo, que teve inicio em 2009 na cidade de Ponta Grossa, PR. A pesquisa faz uso de documentos oficiais sobre meio ambiente, em âmbito municipal, estadual, nacional e declarações internacionais. Pesquisaram-se jornais e livros de referência. Os jornais investigados foram os locais**:** Diário dos Campos e Jornal da Manhã para levantamento de publicações sobre o Centro de Tratamento de Resíduos (CTR- Furnas). Para o trabalho final serão realizadas entrevistas com envolvidos neste momento histórico da cidade. O produto resultante desta investigação será um documentário jornalístico em rádio a ser veiculado pela Web, já que a questão ambiental é de interesse global.

PALAVRAS-CHAVE: Meio ambiente; Jornalismo; Lixo.

INTRODUÇÃO

A intenção deste trabalho acadêmico é levar ao conhecimento da maior parte da população pontagrossense (e pessoas que se interessem por questões ambientais) o que acontece com o meio ambiente, através da ótica do problema do lixo.

Para tanto pensou-se na produção em rádio por ser, este, o veiculo de maior penetração nos lares brasileiros e apresentar um forte apelo regionalista (além da praticidade de veiculação através da internet). Esse assunto contempla diretamente a região de Ponta Grossa e Campos Gerais, e, por ser uma questão ambiental, é de interesse amplo e global.

---

[1] Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

[2] Estudante de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), email: gabrielcarven@gmail.com

[3] Trabalho orientado pela professora doutora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) Zeneida Alves de Assumpção, email: zassumpcao@gmail.com

A empresa Ponta Grossa Ambiental (PGA) iniciou no ano de 2005 a escolha de alternativas locacionais para a construção do Centro de Tratamento de Resíduos (CTR) Furnas. O projeto da obra pré-selecionou 41 áreas na região de Ponta Grossa, de acordo com Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) desenvolvidos em 2007 pela PGA.

Dentre as 41 áreas selecionadas a que foi escolhida localiza-se na região do Botuquara, "a leste do município, aproximadamente a 13 km do centro da área urbana e distante aproximadamente a 10,66km do núcleo populacional mais próximo" (EIA-RIMA, 2007, p.15).

Desde 2008, levantamentos realizados por pesquisadores da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Instituto Chico Mendes e outras entidades indicaram que a unidade geológica sobre a qual se situa o empreendimento – Formação Furnas – é um aqüífero com características estruturais de muitas cavidades subterrâneas que conduzem água, o que o torna particularmente vulnerável ao risco de contaminação.

A discussão foi aberta ao público no inicio de 2009, através de entidades civis e do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONDEMA). No dia 25 de agosto de 2009, 16 entidades desenvolveram um Manifesto em Defesa do Meio Ambiente e pela Administração Responsável do Lixo de Ponta Grossa. As principais justificativas das entidades sociais se encontram no fato da área do Botuquara ter um terreno frágil, de formação arenítica e, portanto, com alto nível de permeabilidade. Além disso, o lençol freático localizado abaixo da área é afluente da Bacia do Rio Pitangui, o qual fornece água para Ponta Grossa e região.

O geólogo e professor doutor do Departamento de Geociências da UEPG, Mário Sérgio de Melo, coloca que o local se encontra na Área de Proteção Ambiental (APA) da Escarpa Devoniana. Devido a isso, existe grande absorção de água, a qual, armazena-se nos lençóis freáticos. Já para a empresa PGA este é um ponto apresentado na escolha da área como de inexistência de mananciais. No entanto, de acordo com matéria publicada no dia 29 de agosto de 2009 pelo jornal Diário dos Campos, o novo empreendimento estaria localizado justamente na Zona de Proteção de Manancial (ZPM). A obra mesmo licenciada pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) foi embargada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA).

Este artigo faz inferência que o assunto é tratado apenas superficialmente pela imprensa local. O que atenta para necessidade do jornalismo ambiental mais atuante e

esclarecedor à população. Requerendo um produto que trate questões de meio ambiente de forma aprofundada, dado o caráter de altíssimo interesse público na temática.

JORNALISMO: CIÊNCIA E CONSTRUÇÃO DA REALIDADE.

Para informar ao público, a ciência pode fazer uso de técnicas de redação jornalística. O fato de o jornalista escrever sobre qualquer assunto, de forma que qualquer público entenda o que é transmitido, atrai o discurso cientifico para publicações através do jornalismo. E não só o jornalismo especializado, tal qual a revista *National Geographic*, por exemplo. Mas também publicações massivas como no jornal televisivo ou programas de rádio.

O jornalismo científico tem como missão difundir, divulgar o conhecimento cientifico de forma clara ao público. Wilson da Costa Bueno propõe uma diferenciação entre disseminação científica e divulgação científica. Para ele, enquanto a disseminação acontece apenas no intuito de difundir o conhecimento adquirido a um público seleto, a divulgação científica estaria mais próxima ao jornalismo já que atua na transcodificação da linguagem de forma a ser entendida por vários públicos (BUENO apud Destácio, 2001). A doutora em História da Ciência, Martha San Juan FRANÇA (2005, p. 32) relata que a divulgação cientifica sempre foi associada à educação e à idéia de despertar na população a consciência da importância da pesquisa científica e tecnológica. "A idéia é, portanto, impedir a formação de um abismo de incompreensão entre os cientistas e a sociedade para que, tanto quanto possível, todos –sem exceção- falem a mesma língua" (FRANÇA, 2005, p. 32).

A mídia ganha, neste contexto, a função de representar os cientistas perante a comunidade não especializada. Os meios de comunicação social despertam o interesse do público para a ciência através da produção de material aprofundado, com informações claras e que relacionem, saúde, tecnologia e meio ambiente, algo próximo do individuo e a comunidade na qual se insere. Ciência e Jornalismo fazem-se complementos na construção de uma sociedade informada sobre tudo àquilo que abrange o cotidiano coletivo.

O Jornalismo aparece enquanto recorte de fatos que compõe a realidade social. A distância do público com determinados assuntos ou temas, faz com que a única fonte de ligação e conhecimento, para estes, seja através da midiatização, ou mais especificamente da cobertura jornalística. O jornalista emerge neste cenário como

mantenedor do conhecimento que será publicizado. Cabe a ele selecionar e atribuir importância àquilo que pretende tornar de conhecimento do público.

Se o individuo vê a fonte jornalística como única forma de conseguir a informação, esta passa a constituir a realidade deste sujeito. E a mesma passa a ser definida como a acertada, já que não existem outras fontes de conhecimento para ele. O jornalismo ocupa parte do conhecimento histórico e pode ser utilizado como fonte de documentação. Algo que não foi informado, ou apreendido, no momento presente, pode ser transmitido pelos veículos de comunicação, dando a eles a autoridade de atuar como agentes da construção social da realidade dotados de sentidos (BERGER e LUCKMANN, 1985, p.39). Em relação a este recorte da realidade, Sérgio Luis Gadini afirma:

> Os fenômenos e eventos que povoam o mundo cotidiano precisam ser percebidos como processos incompletos que se articulam e se apresentam, deixando sempre uma margem de significação em aberto, a ser construída, exatamente porque se supõe que, no processo do conhecimento, o real não aparece imediatamente em sua face concreta e essencial. A construção do conhecimento se dá na apropriação de suas relações com o mundo. É assim que o homem transforma as coisas, tornando o mundo compreensível (GADINI, 2007, p. 82).

Tornar o mundo compreensível é parte do trabalho do jornalista, quer dizer, um fato de relevância, ou seja: a vida dos cidadãos, como caso do 'lixo em Ponta Grossa' por exemplo. Dependendo do recorte atribuído ao fato no momento de sua publicação, pode tanto mostrar que um empreendimento privado em determinada área é algo necessário e, sem maiores implicações, como pode demonstrar ao cidadão que aquilo irá comprometer a sociedade em seu cotidiano. A forma como o assunto será retratado influencia diretamente na opinião e formação do ideário do individuo que possui os *media* como fonte de conhecimento. Para tratar o conhecimento do cotidiano, Alfredo Viseu, em artigo *Telejornalismo: o conhecimento do cotidiano* aponta que a "preocupação em tornar o não familiar em familiar é uma das características centrais do campo do jornalismo" (2005 p. 02).

A necessidade do aprofundamento em fatos de maior importância definidas aí pelo jornalista, tornam viáveis as publicações de maior duração, como documentários jornalísticos, que permitem maior recorte do assunto, além de mais recursos para o trabalho de tornar acessível o conhecimento a qualquer cidadão interessado, o

jornalismo passa a funcionar como construção de conhecimento cientifico para o cidadão comum, aquele que não tem acesso a ciência acadêmica de forma direta. Vizeu, em sua visão sobre o jornalismo enquanto forma de conhecimento afirma ainda:

> Na pauta o isolamento das variáveis é substituído pelo ideal de aprender o fato dos mais diversos pontos de vista. Isso determina o limite da abstração possível no modo de conhecimento do Jornalismo e sua possibilidade de acumulação. O conhecimento produzido pelo jornalismo é de fundamental importância para a sociedade (VIZEU, 2005).

Desta forma o documentário jornalístico, enquanto apreendedor das variáveis do mesmo tema torna-se um artifício interessante na produção e retratação da realidade. O trabalho sensorial, auditivo no caso do rádio, deixa o conhecimento mais assimilável ao público. O mesmo serve ainda como celeiro de informações que podem ser pesquisadas a *posteriori* para se compreender aspectos de um determinado tempo/espaço social.

JORNALISMO E MEIO AMBIENTE

O meio ambiente tornou-se pauta de discussões a partir da agricultura. O usufruto do solo, queimadas e devastações de florestas nativas ocasionaram em processos químicos que tornaram solos inférteis ao plantio. Este foi um princípio, algo como uma faísca que acendeu a perspectiva ambiental. A condição ambiental é a herança do primogênito humano, a condição de patrimônio da humanidade. Já que afeta a todos de forma geral (CORRÊA, 1998).

Desde a Eco92, no Rio de Janeiro, a ecologia tem sido difundida através dos meios de comunicação social. A questão do ambiente global, a ecologia e o mundo que habitamos ganham um olhar unificado**.** Passa-se a aceitar a concepção de fatos, como a interferência da ação humana na natureza ou acontecimentos com implicações globais, bem como a existência de aldeias globais, civilizações isoladas que podem interferir em todas as outras 'aldeias' pelo mundo. Uma catástrofe ou deslize ambiental em um pólo pode trazer problemas à humanidade em sua totalidade. Nos anos sessenta, movimentos ambientalistas emergem em alta e passam a ocupar posições políticas. O meio ambiente ganha cadeiras e partidos políticos.

A partir dos anos setenta o consumidor passou a explorar sua condição de mantenedor do sistema vigente para posicionar suas vontades e exigir que os produtores tivessem maior responsabilidade ambiental. CORRÊA, (1998, p. 15) escreve que a

economia estimulada por campanhas de conscientização, mobilização para boicote a produtos considerados prejudiciais ao meio ambiente e pela utilização de selos ambientais, faz surgir o conceito de "mercado verde".

A Eco92 conseguiu números expressivos de participação e comprometimento de lideres do mundo todo.

> O jornal *O Estado de S.Paulo* (1992) fez a cobertura da Conferência e destacou que: enquanto na Conferência de Estocolmo reuniram-se políticos, funcionários governamentais e peritos de 113 países, representantes de 250 organizações não governamentais e das agências especializadas nas Nações Unidas, para o encontro do Rio de Janeiro previa-se a participação de 185 países, inclusive 112 chefes de Estado, 50 organizações intergovernamentais e 2 mil representantes de governos; paralelamente o Fórum Global previa a participação de 11 mil membros de entidades internacionais e a realização de 400 eventos; ao mesmo tempo em que o Rio de Janeiro preparava-se para receber cerca de 35 mil visitantes, além de uma programação de cerca de 2 mil eventos culturais (FERNANDES, 2001, p. 04).

Mesmo com números tão expressivos a cobertura midiática sobre questões ambientais eram sistematicamente fragmentadas. A mídia se concentrava no evento e por vezes o sustentáculo da Conferência, que era a preocupação ambiental, era rechaçada.

Em 2002, dez anos após a Eco92, a ONU realizou mais uma Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Esta última foi realiza na cidade de Joanesburgo, na África do Sul. O que acontece é que na virada de século XX para XXI, como afirma Corrêa (1998), o Meio Ambiente passa a ser visto como produto econômico, as empresas buscam o Selo Verde e as que conseguem estão mais preocupadas em vender a imagem da preservação da natureza, do que preservá-la de fato. E neste ponto é que o Jornalismo Ambiental se torna de suma importância e interesse público. A prática deste jornalismo pode denunciar empresas que não são verdadeiramente responsáveis ou tencionar o debate publico em torno da lógica ambiental. Goulart (2009), expõe o que, segundo a mesma, Arruda (2006) chama de "Maquiagem Verde". Ou seja**:** o marketing ambiental. As empresas constroem uma imagem e tentam consolidar a mesma através de campanhas de marketing. É neste sentido que Trigueiro (Apud Goulart**,** 2009) vem a acrescer:

> O fato é que o jornalismo ambiental ameaça os interesses das empresas públicas ou privadas que agem na contramão da sustentabilidade. Para essas empresas, uma exposição ruim na mídia pode desencadear uma sucessão de desastres que vão de um ligeiro arranhão na imagem à perda de credibilidade – com eventuais impactos no faturamento e na cotação das ações no mercado de bolsa (TRIGUEIRO, in ARRUDA, 2006, p.36).

A preocupação existe, então, quando o empreendimento visa lucros a partir do discurso da qualidade ambiental. As intenções devem ser policiadas e registradas a todo instante pelos jornalistas que podem informar a população sobre qualquer deslize, ou registrar os acontecimentos para que em um momento futuro este registro possa ser explorado, em caso de investigação de má conduta das empresas que deveriam primar pelo desenvolvimento ambiental ante a faceta econômica.

Para a lógica do consumo sustentável a prioridade é a diminuição da produção de resíduos pelo homem. Mas em cidades onde quem cumpre com a função do tratamento de lixo e resíduos são empresas privadas, quanto mais resíduos ou lixo, maior o lucro. Derenkoski (2001) aponta o lixo como um dos dez agentes considerados mais poluidores. Já que deste são provenientes dióxido de carbono, monóxido de carbono, dióxido de enxofre, óxido de nitrogênio e outros. Um motivo pelo qual a atenção do jornalismo ambiental deve ser voltada a empreendimentos que tem por função o tratamento deste lixo.

O poder das empresas diante a produção jornalística é alvo de discussão de Villar (1997). Ele aponta que para se fazer frente ao dito ambientalismo empresarial, deve haver maior esforço de trabalho conjunto entre jornalistas, cientistas e ecologistas, este esforço mutuo é de vital importância para a democracia. Assim como defende Oliveira (2002) sobre jornalismo cientifico, quando afirma que um cidadão só tem liberdade de escolha se ele conhece as opções existentes. Quando as empresas controlam a produção jornalística só existe uma versão. Então a partir de um único recorte da realidade não há o que escolher.

Ainda para Villar (1997) a qualidade das notícias têm uma relação direta com a capacidade de mobilização da sociedade em torno do tema. E por conseqüência das mobilizações sociais na conscientização ecológica, as empresas de comunicação e jornalismo sentem-se pressionadas a pautar o tema Meio Ambiente em seus veículos. O esforço deve partir do próprio produtor da noticia, o jornalista que trabalha com causas

ambientais necessita de um esforço maior para produzir reportagens aprofundadas e com credibilidade. Villar (1997) afirma:

> Os grandes grupos de comunicação do país sabem que não podem ignorar a questão ambiental, meramente por uma questão de mercado, e por isso fazem pequenas concessões, abrindo janelas periféricas aqui e ali. No entanto, mantêm o jornalismo ambiental com um status marginal. E o jornalista que se especializa é rapidamente tachado de ecochato ou ecologista, minando a credibilidade do profissional. Principalmente quando começa a discutir com profundidade as questões ecológicas e denunciar grandes empresas poluidoras (VILLAR, 1997, p 01).

O que chama a atenção é que após a chamada urbanização e o êxodo rural a produção de resíduos passou a ser intensificada. As cidades estão cada vez maiores e com isto o lixo produzido é crescente em proporção ao crescimento das mesmas. Segundo matéria de 26 de maio de 2010, publicada no site Terra, o brasileiro já produz quantidade de lixo e resíduos semelhante a de países desenvolvidos. A matéria aponta estudo da Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe). A média de geração de lixo no Brasil, segundo a Abrelpe é, atualmente de 1,152 kg por habitante por dia, padrão próximo aos dos países da União Européia.

Tabela 1. Produção diária de lixo *per capita* em alguns países *versus* renda *per capita* *versus* população total (2002).

País	Produção de Lixo KG/Hab/Dia	Renda per capita em dólares.	População em milhões. (2002)
EUA	2,30	35.060	288 369
Austrália	1,59	19.740	19 581
Holanda	1,25	23.960	16 144
Alemanha	1,18	22.670	82 495
Japão	1,06	33.550	127.144
Canadá	0,99	22.300	31.414
Suécia	0,83	24.820	8.924
Brasil	0,74	2.850	174.485
México	0,65	5.910	100.921
Índia	0,40	480	1.048.279
Indonésia	0,17	710	211.716
China	0,16	940	1.280.975

Fonte: SANTOS, 2008, p. 1017.

Olhando para a tabela de 2002, nota-se que o Brasil quase duplicou sua produção diária de lixo de lá até 2010, em relação “quilos por habitante”. Nas grandes

capitais a produção é ainda maior. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 81,24% da população brasileira se encontra em centros urbanos (2000). Segundo a ONU, em 2005 o Brasil tinha uma taxa de urbanização de 84,2%. Ou seja**:** O lixo que se produz aumenta, mas as políticas publicas de reciclagem e melhor utilização do espaço urbano não acompanham este desenvolvimento e crescimento. A falta de locais adequados e tratamento deste lixo aparece na mídia normalmente de forma factual e, principalmente, quando há alagamentos em detrimento da falta de saneamento das cidades. Segundo Campos (2006, apud Goulart 2009), apenas 28% do lixo produzido no Brasil, por exemplo, recebe algum tipo de tratamento, e apenas 2% são reciclados. Cimadevilla (2005) chama atenção para o fato de nas ultimas décadas um grande número de mensagens alertarem para as questões ambientais e um estilo de vida mais próximo da natureza. O porém é que os autores ou jornalistas, não parecem seguir esse rumo, que segundo Cimadevilla (2005) é muito mais exigente e menos cômodo. Ele sugere também que existe um descompasso entre a noticia produzida em meio ambiente e o cotidiano das populações, o que desloca o discurso para o plano global deixando a proximidade com o individuo fora de contexto:

> En ese sentido, parece plausible sostener como hipótesis que opera cierta desconexión entre la atención que se da a la temática – generalmente vinculada a temas espectacularizables y lejanos, referenciados por audiovisuales y asociados a problemas de gran escala como la contaminación o destrucción del planeta- y la posibilidad de percibir que ésta pueda asociarse también al ambiente inmediato y la vida cotidiana. Por tanto, desvinculada también de la propia acción diaria de aquél que se constituye en audiencia (CIMADEVILLA, 2005, p. 124).[4]

O fato das noticias não trazerem um aprofundamento maior na questão ambiental e trabalhar fatos específicos é que permea a construção do recorte único da realidade e da construção do conhecimento. Reportagens com maior aprofundamento ou documentários jornalísticos contribuem, então, para que exista maior e mais ampla percepção da realidade. Nesse aspecto movimentos sociais de conscientização ambiental possuem um papel importante, cobrar do poder público e das empresas privadas posturas que mostrem o comprometimento e o cumprimento de leis e acordos firmados.

[4] Nesse sentido, parece plausível para discutir a hipótese de que opera uma desconexão entre a atenção dada ao assunto, geralmente ligado a questões espetacularizadas e distantes, referenciado pelo audiovisual e associada a problemas de grande escala, como a poluição ou a destruição do planeta e a possibilidade de perceber que também podem estar associadas ao ambiente imediato e cotidiano. Portanto, também se dissociou do que a ação diária é constituída em audiência (CIMADEVILLA, 2005, p. 124, tradução nossa).

O jornalismo torna visível este embate entre movimento ambientalista, poder publico e empresas. São estes grupos que irão cobrar, por exemplo, o cumprimento das ações das "agendas 21".

A agenda 21 foi um acordo firmado na conferência do Rio de Janeiro em 92. Para tanto foram diferenciadas as agendas 21 em: "Global, Brasileira e Local". Consta na Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável que a Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente)

O desenvolvimento sustentável é a forma de desenvolvimento da população presente, sem que este desenvolvimento venha a comprometer o habitat das futuras gerações. Uma tentativa de devolver a natureza tudo aquilo que é retirado para usufruto do homem. A agenda 21 brasileira, em busca do desenvolvimento sustentável, levou cerca de 10 anos para ficar pronta, foi discutida e passou a ser implantada a partir de 2003. Entre uma das preocupações do programa nacional esta a implementação das agendas locais.

Na agenda Global, que produziu os capítulos e normas que poderiam nortear as demais, consta do capitulo 21 o problema da produção de resíduos e lixo e sua definição como:

> Os resíduos sólidos compreendem todos os restos domésticos e resíduos não perigosos, tais como os resíduos comerciais e institucionais, o lixo da rua e os entulhos de construção. Em alguns países, o sistema de gestão dos resíduos sólidos também se ocupa dos resíduos humanos, tais como excrementos, cinzas de incineradores, sedimentos de fossas sépticas e de instalações de tratamento de esgoto. Se manifestarem características perigosas, esses resíduos devem ser tratados como resíduos perigosos (AGENDA 21 GLOBAL).

Os danos causados pela geração de lixo aparecem nas mais variadas proporções, de danos ambientais, econômicos, sociais, ou mesmo saúde pública (SANTOS, 2008). Estes prejuízos podem advir de problemas em seu gerenciamento. Do momento da geração deste resíduo até o seu fim, um centro de tratamento, uma série de medidas devem ser tomadas para que problemas e danos sejam minimizados. Pode-se colocar como medidas estas, a coleta do lixo (preferencialmente seletiva), o transporte, o

tratamento e seu destino final em lixões, aterros, centros de compostagem etc. Santos (2008) coloca o problema do lixo como algo de olhar global:

> O lixo tornou-se um problema que trespassa a escala do local para o mundial. Seus efeitos imediatos sentem-se na escala do local, mas o seu impacto socioambiental eleva-se à escala planetária, sendo que as soluções necessárias para essa questão estão além das simples práticas de controle de gerenciamento de resíduos. Por isso que o gerenciamento do lixo não pode ser apenas assunto de técnicos e engenheiros, mas, uma preocupação de toda a sociedade, incluindo-se a comunidade acadêmico/científica (2008, p. 1019).

O mesmo autor aponta ainda para o fato de apenas países desenvolvidos possuírem condições econômicas suficientes para construção de locais adequados ao tratamento deste lixo produzido. Ao situar o lixo como um dos grandes problemas da contemporaneidade, o jornalismo tem por compromisso informar da forma mais aprofundada possível toda a população interessada, no caso especifico deste trabalho a população residente na cidade de Ponta Grossa, onde o caso se desenrola, mas ainda de interesse de todos os cidadão conscientes de que a geração de resíduos deve ser tratada com esmero e a informação de qualidade é a melhor forma de se chegar a uma solução.

PRODUTO, MÉTODOS E TÉCNINCAS.

Para a confecção deste trabalho acadêmico realizou-se, levantamento de dados referentes a pesquisas em meio ambiente e produção de documentários radiofônicos. Estes são os eixos centrais de toda a pesquisa e produto final. Depois de realizar este estudo, aconteceu, então de fato, a pesquisa bibliográfica. Nesta referida pesquisa buscou-se captar os conceitos, pensamentos e idéias daquilo que permeia este trabalho acadêmico. Pretende-se colocá-lo em prática, mediante o Documentário jornalístico para radio envolvendo o Jornalismo Ambiental e Cientifico. As reflexões teóricas são de suma importância e de vasta contribuição na elaboração do produto radiofônico em meio ambiente, as quais buscarão atender especificidades de áreas relevantes dentro da produção jornalística e acadêmica. A consulta de livros e jornais é uma das principais preocupações na idealização deste produto.

O mesmo contou ainda com fundamentos de pesquisa documental, donde foi necessário estudar a documentação oficial relativa ao tema especifico tratado. Quer dizer, documentos municipais sobre zoneamento da cidade, por exemplo, áreas

pertencentes a distrito industrial, comercial ou de proteção ambiental. A principal fonte documental trabalhada para a elucidação e compreensão da investigação e produto são os documentos em posse do Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Trata-se EIA-RIMA do CTR-Furnas. A pesquisa documental fundamentou-se na análise destes relatórios e estudos, além da análise de leis municipais sobre lixões, meio ambiente e zoneamento urbano.

Na produção do radiodocumentário será feito o uso de fontes primárias, aquelas que tiveram contato, ou relação direta com os fatos tratados no produto. Serão explorados relatos e registros sobre as experiências destas pessoas com o assunto. Aparecerão nas entrevistas todos aqueles que tiveram participação direta com o fato a ser documentado no produto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), de São Paulo, em parceria com a Associação Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), desenvolveu em 1995 um manual de gerenciamento integrado (gerenciamento de resíduos), nele constam as disposições e classificações do lixo, a publicação é distribuída para todas as prefeituras do país.

A partir da conceituação dos diferentes tipos de resíduo produzido, e o responsável por seu destino final, temos que o poder público municipal é o responsável pela maior parte dos resíduos gerados pelo cidadão comum. Cabe aos definidores de destinação final, decidir onde seu lixo será alocado. A cobrança por parte da sociedade civil (composta pelos cidadãos comuns), então, é que vai impor as prefeituras que os centros de tratamento dos variados resíduos seja construído em áreas onde os danos ambientais sejam os mínimos possíveis. Melo (2009) escreve que a região conhecida pela formação rochosa de Furnas ainda é uma área ambiental pouco estudada.

Esta formação que ocorre unicamente no relevo paranaense, principalmente na região de Ponta Grossa possui peculiaridades que lhes são únicas. Para tanto Melo (2009), afirma ser urgente que o Município empreenda política pública na área ambiental que estabeleça legislação que discipline a utilização das águas subterrâneas da Formação Furnas. Assim como também devem ser preservadas e regularizadas o uso das terras nas áreas de recarga do aqüífero de Ponta Grossa e, desta forma, preservar a qualidade da água, evitando contaminação, por possíveis empreendimentos, ou mesmo

má uso de agroquímicos nestas áreas. Um documentário jornalístico elucidará à população e, assim, esta terá maior capacidade de buscar e requerer seus interesses. Fazendo-se cumprir o caráter 'interesse público' do jornalismo.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21 GLOBAL**:** Capítulo 21 - **Manejo ambientalmente saudável dos resíduos sólidos e questões relacionadas com os esgotos**. Disponível em: http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=575&idMenu=9065. Acesso em: Maio de 2010.

AGUIAR, Leonel Azevedo de. **Representações da crise do meio ambiente no jornalismo científico.** Disponível em: www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0338-1.pdf. Acesso em: Maio 2010**.**

BARROS, Antonio Teixeira; SOUZA, Pedro Jorge; LIMA, Maria Érica de Oliveira. **Periodização da agenda ambiental nos estudos de jornalismo no Brasil e em Portugal.** Disponivel em: http://www.bocc.uff.br/pag/bocc-erica-meio-ambiente.pdf. Acesso em Abril 2010.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. **A construção Social da Realidade.** Petrópolis, Vozes, 1985.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, **Agenda 21**. Disponível em: http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=908. Acessado em: Maio de 2010.

BRASILEIRO produz quantidade de lixo semelhante a de europeu. **Terra.** Disponível em: http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI4449980EI8139,00Brasileiro+produz+quantidade+de+lixo+semelhante+a+de+europeu.html. Acessado em Junho de 2010.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Ambiental: navegando por um conceito e por uma prática**. Disponível em: www.ecoviagem.com.br/fique.../jornalismo-ambiental-navegando-porum-conceito-e-por-uma-pratica. Acesso em: Maio 2010.

BURKETT, Marren. **Jornalismo Cientifico: como escrever sobre ciência, medicina e alta tecnologia para os meios de comunicação.** Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1990.

CAMPOS, Pedro Celso. **Jornalismo Ambiental e Consumo sustentável.** Disponível em: www.bocc.ubi.pt/pag/campos-pedro-jornalismo-ambiental.pdf. Acesso em: Abril 2010.

CIMADEVILLA, Gustavo (2005) Información ambiental, espectacularización y desconexión. In: MATO, Daniel (coord.), **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de**

globalización. Caracas: Faculdade de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, pp. 111-130. Disponivel em: http://www.globalcult.org.ve/pub/Rocky/Libro3/Cimadevilla.pdf. Acesso em: Maio 2010.

CORRÊA, Leonilda Beatriz Campos Gonçalves. **Comércio e Meio ambiente: Atuação diplomática brasileira em relação ao selo verde**, Brasilia: Instituto Rio Branco, fundação Alexandre de Gusmão, Centro de Estudos Estratégicos. 1998.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO, 1972. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano**. Disponivel em: http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/Declaracao_Estocolmo_1972.pdf. Acesso em: Maio 2010.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO, 1992. **Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**. Disponivel em: www.vitaecivilis.org.br/anexos/Declaracao_rio92.pdf. Acesso em maio 2010.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO, 2002. **Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável**. Disponivel em: http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/joanesburgo.pdf. Acesso em: Maio 2010.

DERENGOSKI, Paulo Ramos. **Meio Ambiente: Sua história.** Florianópolis: Insular, 2001.

EIA-RIMA. Ponta Grossa Ambiental. **Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental**, 2007.

FADINI, Pedro Sérgio e FADINI, Almerinda Antônia Barbosa. Lixo: desafios e compromissos. In: **Cadernos Temáticos de Química Nova na Escola**, Brasil, 2001. P 9-18.Disponivel em: http://qnesc.sbq.org.br/online/cadernos/01/lixo.pdf. Acessado em: Maio de 2010.

GADINI, Sergio. **Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo:** a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade. Disponível em: http://www.pucrs.br/famecos/pos/revfamecos/33/sergio_gadini.pdf. Acesso em: Maio 2010.

GOULART, Michelle Massuchin. **Meio ambiente e Folha de São Paulo:** A construção de notícias no periódico diário. 2009, 211 f. Monografia defendida para conclusão do curso de Jornalismo. UEPG, 2009.

LIMA, Eliana de Souza. **A importância da mídia na consciência ambiental**. Disponivel em: http://www.agricoma.com.br/agricoma/artigos/jornalismo_ambiental/artigo3.php. Acesso em: Maio 2010.

MELO, Mario Sérgio. **Aquífero Furnas - urgência na proteção de mananciais subterrâneos em Ponta Grossa, PR.** Disponível em: http://eventos.uepg.br/seminariointernacional/agenda21parana/trabalho_cientifico/TrabalhoCientifico006.pdf. Acessado em: Maio de 2010.

MEDITSCH, Eduardo. **A nova era do rádio:** o discurso do radiojornalismo enquanto produto intelectual eletrônico. Disponivel em: http://bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-discurso-radiojornalismo.html. Acesso em: Março 2010.

_____ **Sete meias-verdades e um lamentável engano que prejudicam o entendimento da linguagem do radiojornalismo na era eletrônica.** Palestra à Licenciatura em Jornalismo da Universidade de Coimbra, 9 de Novembro de 1995. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-meias-verdades.pdf. Acesso em: Maio de 2010.

_____ **Teorias do Rádio – textos e contextos**. Florianópolis: Insular, 2005.

NETO, Efraim. **Os jovens e o jornalismo ambiental: importância e participação**. Disponivel em: http://www.cbja2009.org.br/noticias/noticia/22. Acesso em: Maio 2010.

OLIVEIRA, Fabíola de. **Jornalismo Científico**. São Paulo: contexto, 2002.

ORTRIWANO, Gisela Svetlana. **A informação do rádio:** os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. São Paulo , Summus, 1985.

PEREIRA, Michele Cardoso. **Comunicação e Meio Ambiente**: O jornalismo como forma de conhecimento para a precaução a danos ambientais. Disponivel em: http://www.pulsar.org.br/portals/0/documentos/comunicacao_ambiente.pdf. Acesso em: Março 2010.

PONTA GROSSA. **Lei Nº 6329** de 16 de dezembro de 1999. Disponível em: http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/414399/lei-6329-99-ponta-grossa-pr. Acessado em: Abril de 2010.

SANTOS, Luis Claudio dos. **A questão do lixo urbano e a geografia**. In: 1° SIMPGEO/SP, Rio Claro, 2008. P. 1014 – 1028. Disponivel em: http://www.rc.unesp.br/igce/simpgeo/1014-1028luiz.pdf. Acessado em Maio de 2010.